

DIALOGANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO DISTRITO DE CAJAZEIRAS RIO GRANDE DO NORTE

Elvira Bezerra Pessoa ¹

RESUMO

A educação do campo é relevante para a população rural quanto para trabalho dos docentes que desempenham sua prática educativa e pedagógica neste setor. O objetivo deste artigo possibilita compreender o contexto das ações docentes do ensino infantil e fundamental na escola do campo no distrito de Cajazeiras no Rio grande do Norte. Realiza-se então, uma pesquisa que permitiu utilizar-se de elementos qualitativos com obtenção de resultados investigativos e exploratórios por meio da aplicação de questionários abertos e fechados proporcionando ganhos significativos. Diante disso, verifica-se que podem ser compreendidos caminhos promissores a ser explorado pelos educadores nesta linha de educação do campo, como um amplo estudo curricular no âmbito saber educativo campesino e a possibilidade de se inserir no plano projeto político pedagógico informações e conteúdos que lhes são próprios dessa aprendizagem.

Palavras-chave: Educação, Escola rural, Currículo.

INTRODUÇÃO

Na análise sobre o trabalho e a educação do campo pontua o contexto desse artigo com a necessidade de buscar superação nessa modalidade de ensino e na prática dos saberes da terra e ação docente nesta área que proporcionou o estudo deste trabalho. A partir dessa vivência, anseios e vontades recorrentes sobre o trabalho dos docentes, suas práticas pedagógicas e sua formação, o currículo, as condições das escolas do campo e o contexto da educação do campo que se direcionou esta pesquisa basicamente.

De acordo com o Censo Escolar, existiam 107.432 escolas no território rural em 2002. Em 2009, o número desses estabelecimentos de ensino reduziu-se para 83.036,

¹ Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade Sucesso - FACSU, elvirabe@gmail.com;

significando o fechamento 24.396 escolas no meio rural, e os dados de 2010 registram a existência de 78.828 escolas (MOLINA, FREITAS, 2011, p. 29).

Nossa atenção volta-se para o contexto rural, onde temos e onde podemos perceber os desafios nas áreas e dimensões que alcançam o trabalho docente como simples ato de ensinar. A educação do campo foi concebida, ou seja, construída dentro do MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Uma dessas conquistas foram à luta pela a reforma agrária que privilegiou a educação em especial as escolas públicas do campo.

Atualmente nas comunidades rurais organizadas pelo o MST, [...] existem mais de 2000 escolas de ensino fundamental completo e mais de 1000 mil escolas de ensino infantil e fundamental anos iniciais. O professor que atua nesses contextos é instigado constantemente a se reinventar, criar formas e instrumentos pedagógicos capazes de atender a diversidade das demandas e desafios encontrados no campo.

Além disso, segundo o Portal INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa, na área rural, do Brasil concentra cerca de 50% dos estabelecimentos de ensino de educação básica e que em 2002 dentre os 100.084 estabelecimentos rurais de ensino que ofereciam ensino fundamental de 1ª a 4ª série, 63.928 oferecem exclusivamente turmas multisseriadas.

Por outro lado, O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que apenas os estudantes de 0 a 3 anos com direito acesso a educação não tem o mesmo direito garantido de maneira eficaz pelo o município ou estado. Apenas, aproximadamente, 23% dessa população frequentam a escola. Convivemos desta maneira, com a realidade analfabetismo e ao pouco direito a educação do campo.

Neste sentido, torna-se viável um estudo sobre o currículo e a prática docente para a educação do campo neste povoado de Cajazeiras. Vale destacar que a escola onde essa pesquisa se situou não é de assentamento, mas sim de um povoado rural que alunos de assentamento. Além do mais as escolas do campo possuem a sua singularidade de espaços, educando, educadores e desafios que requerem e precisam ser superados.

Contudo, isso exige da docência e da gestão escolar uma formação adequada para os enfrentamentos da realidade para as quais, talvez, não foram devidamente preparados. Embora o trabalho docente seja tão importante para as escolas de campo de uma comunidade rural que passa despercebidos a aplicação do currículo próprio para se trabalhar com as crianças estudantes camponesas.

É preciso conciliar o diálogo entre os saberes tradicionais dos povos rurais às reflexões ensejadas no pensamento moderno e reflexivo, perpassando pela organicidade desses saberes prévios para se chegar ao caminho para a construção de uma escola do campo mais próxima dos sujeitos.

Evidentemente que visando principalmente compreender, descrever e analisar como se dá o trabalho docente na educação do campo nas perspectivas didáticas do currículo que o referido trabalho de pesquisa se alinhou para este campo da educação voltada para a área rural que abordou as seguintes perspectivas da educação do campo:

Essa pesquisa apresenta a problemática embasada em como se deve ou como se aplica o currículo da educação do campo? Que embora tão importante seja deixado de lado por alguns docentes. Seguimento tão relevante para a metodologia e aprendizagem das crianças de uma escola campestre. Desta forma segue como objetivo geral: compreender a educação do campo no contexto das ações do professor (a) do ensino infantil e fundamental.

O presente artigo teve como foco as professoras do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, dos turnos matutinos e vespertinos respectivamente, da Escola Municipal Santa Luzia (EMSL) de Cajazeiras. Essa escola foi escolhida para participar desta pesquisa por estar localizada no distrito rural do município de Macaíba/RN e por ser uma instituição de ensino do e no campo. Atende os alunos filhos de agricultores, trabalhadores rurais e assalariados e pequenos comerciantes, (inclusive de barracas a margem de BR 226), de moradores adjacentes de extensa área rural de sítios, inclusive de assentamento, fazendas e pequenos proprietários de terra.

METODOLOGIA

Atualmente, a EMSL, atende a 310 alunos, (2019) distribuídos nas turmas de educação infantil, ensino fundamental I e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. No turno da manhã conta com três turmas do infantil e uma do quarto do ano do fundamental I. No turno vespertino conta com seis turmas: Duas turmas do infantil e quatro salas do 1º, 2º, 3º e 5º do ensino fundamental I. No turno noturno funciona com quatro salas de EJA (Educação de Jovens e adultos) do quarto ao nono ano. Esta escola possui um quadro de funcional com trinta e cinco funcionários, sendo dois deles estagiárias do curso de pedagogia.

A pesquisa é de finalidade básica estratégica, com objetivo descritivo e exploratório, também realizada pelo o método hipotético-dedutivo e a abordagem qualitativa. Para o autor Antônio Carlos Gil, (2010) “pesquisas voltadas a aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos” são classificadas como básicas estratégicas. E (PESSOA apud VERGARA), propõe que quanto aos fins a “pesquisa exploratória é realizada em área que há pouco conhecimento sistematizado”.

Os resultados da análise dos discursos dos professores realizados em questionários aberto e fechado de uma escola da comunidade de cajazeiras sobre as ações que se fazem necessárias para que a educação do campo aconteça e se torne algo permanente na mesma.

Primeiramente, descreveremos as repostas dispostas no quadro 1, das ações respondidas por dez (10) docentes .Em seguida, analisa-se o quadro 2, sobre o que mudou ao longo desses anos na comunidade rural que atua e a escola do campo levando-se em consideração a opinião de cada professora.

RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO:

Quadro 01: Que ações se fazem necessárias para que a educação do campo realmente aconteça e se torne algo permanente e real na escola que você atua?

Professora - 1	Reconhecer as particularidades no conteúdo do conhecimento das vivências do campo.
Professora - 2	Elaboração de um PPP com a realidade em que os alunos vivem.
Professora - 3	É necessária a união entre escola e família para melhor ampliar o conhecimento da realidade em que vivem.
Professora - 4	É necessário que a educação do campo seja trabalhada de acordo com a realidade do aluno, mostrando que os mesmos podem vivenciá-las junto com toda comunidade escolar.
Professora -5	As ações necessárias são de trabalhar a cultura, a vivência, a realidade do aluno. Respeitar a época das colheitas em os alunos participa com a sua família. Elaboração de um calendário próprio seguindo os critérios lógicos do Projeto Político Pedagógico.

Professora - 6	É necessário que a comunidade escolar e familiar caminhe junta.
Professora -7	São necessárias ações de infraestrutura, produção de materiais didáticos, professores capacitados para fazer a diferença, etc.
Professora – 8	Para que a educação escolar do campo aconteça é necessário o apoio da família junto, realizar o trabalho acontecer.
Professora – 9	Para que a educação do campo aconteça é necessário que a comunidade escolar trabalhe junto para fazer acontecer tudo que está no papel.
Professora – 10	Para que a educação do campo aconteça é necessário que a comunidade escolar e família caminhem juntas. Realizem o trabalho de forma participativa.

Neste tópico temático, preocupamo-nos em descrever e analisar as falas das professoras em suas respostas aos questionários que lhe foram entregues para ser respondidos. Desta forma, problematizamos as ações que se fazem necessárias para que a educação do campo realmente aconteça e se torne algo permanente e real na escola que elas atuam.

Em observação ao quadro I, ficou evidenciada nas respostas das professoras que a participação da família é essencial para um bom desenvolvimento do aluno e possibilidades de construções mais efetivas da pedagogia escolar. Essas falas evidenciou pelo menos cinco professoras p3, p5, p6, p8 e p10.

Para ARROYO (1999, p. 20), uma matriz cultural forte no campo é a celebração e transmissão da memória coletiva, as lembranças, as festas, celebram a história da comunidade, relembram as origens, os traços de sua identidade coletiva. Hoje, mais do que nunca, “o discurso da escola afirma a necessidade de se observar à família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre as ações desses dois agentes educacionais” (NOGUEIRA, 2006, p. 161).

Portanto, a família e a escola se complementam na tarefa e aprendizagem das crianças. Para ROVERE, (2009, p. 158) “as rotinas familiares e escolares precisam incorporar momentos de diálogo e de reflexão”. Portanto, nessa parceria, pais estudantes e professores devam ser conscientes de que cada um tem importância e responsabilidade próprias.

Essa perspectiva também é reforçada pelas p3, p4 e p5, estas reforçam que é necessário se trabalhar a realidade do aluno. Diante disso, vê-se que é preciso considerar a realidade cotidiana dos estudantes, caso seja feita dessa forma, a escola do campo se torna existente.

De acordo com p2, a escola pesquisada precisa da elaboração de projeto político pedagógico que considere a realidade dos alunos da comunidade em que vivem, adequar conteúdos respeitados a cultura local. GADOTTI (1993, p.15) reafirma que “essa preocupação têm-se traduzido, sobretudo pela reivindicação de um projeto político pedagógico próprio, específico de cada escola”.

O diálogo com as famílias versus escola deve buscar a acolher e respeitar as diferenças culturais e estruturas familiares, sem, contudo, perder de vistas seus valores educativos.

Quadro 02: Em sua opinião, o que mudou ao longo desses anos de vida da comunidade rural e a escola do campo?

Professora - 1	O acesso à escola está mais fácil. Existe uma preocupação com o conteúdo do currículo para a educação do campo.
Professora - 2	Apenas a acessibilidade, informações e os direitos como o transporte escolar.
Professora - 3	Professores e alunos do campo estão construindo uma escola capaz de mudar suas vidas, valorizando suas origens como cidadãos brasileiros.
Professora - 4	O aluno hoje passou a ser considerado capaz de aprender, discutir, questionar e realizar seus sonhos e os objetivos. Porque a escola rural também deve ser respeitada tanto quanto as escolas urbanas.
Professora – 5	Percebe-se que os conteúdos estão mais abrangentes. Houve mais movimentos em prol da educação do campo. Os professores estão mais evoluídos no trabalho desta área.
Professora – 6	Todos pelos os mesmos objetivos e projetos e educação de qualidade para todos.
Professora – 7	O que mudou foi o avanço de novas tecnologias, que facilitam o aprendizado dos alunos, a escola rural hoje em dia está mais ampliada com material didático de excelente qualidade:

	computadores para fazer as pesquisas, salas adequadas para os alunos.
Professora – 8	Passou a ser visto com outros olhares, respeito como cidadão que tem direitos a educação.
Professora – 9	O aluno do campo passou a ser visto com outros olhos, um olhar de respeito como cidadão que tem direito a educação seja ela rural ou da cidade.
Professora – 10	Passou a ser vistas com outros olhares, especialmente quanto ao acesso da educação como direitos de todos.

Nesse quadro analisa as transformações presentes ao longo da trajetória de cada professora da escola com suas experiências e ética. Nesse contexto podemos verificar que a professora (P2) diz que mudou apenas a acessibilidade, as informações e os direitos como o transporte escolar. A p1 complementa que o acesso à escola está mais fácil [...]. verifica que alguns direitos já são colocados à disposição para os alunos pertencentes ao campo, como por exemplo, o direito ao transporte, a escola, a alimentação e o acesso ao livro didático.

Como diz a p10, “a escola do campo passou a ser vista com outros olhares, especialmente quanto ao acesso da educação como direitos de todos”. Neste sentido, a Constituição Federativa do Brasil em seu Art. 205, diz

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (1988).

.Acreditamos que a educação já vem nessa construção singular. Porém, outros direitos faltam nas comunidades rurais e a escola do campo. Podemos pensar que nessa visão educacional estamos avançando. Na percepção da p7 o que mudou foi o avanço das tecnologias [...], segundo esta mesma professora, as tecnologias facilitam o aprendizado dos alunos. Bem sabemos que a implantação nos currículos da educação do campo possibilita e ajuda atender as necessidades na sala de aula de comunidades rurais.

Em observação a este quadro dois, percebemos que todas as professoras afirmam ter conhecimentos da mudança óbvia e específicas que se propõem na educação do campo, mas pontuam a necessidade e preocupação com o conteúdo e o currículo para atender as especificidades da educação do campo.

Em se tratando das mudanças, a escola do meio rural tem se deparado com desafios e avanços para uma proposta da educação que seja no e do campo. A maioria das professoras garante segundo suas falas, que existam muitos desafios a serem superados para que tenhamos avanços, como sugere a p4 [...] porque a escola rural também deve ser respeitada tanto quanto as escolas urbanas.

Este é um desafio a ser considerado, pois nessa concepção, observa-se a falta de uma educação conforme a uma cultura local, faltam as políticas de reformas e adequações curriculares como afirma a p1 [...] preocupação com o conteúdo do currículo. Aproximação dos currículos as vivências do campo e a elaboração de projeto político pedagógico. Na concepção dessas professoras, essa seria uma forma de levar aos órgãos responsáveis pela a educação do povoado de Cajazeiras o entendimento de que a escola necessita de uma visão mais ampla do campo e de ser menos urbana.

Embora o povoado de Cajazeiras se reproduza numa esfera municipal, estadual e federal, o atendimento as diferenças da diversidade, levando em consideração a prática da educação do campo continua desassistida ou sem ganho de políticas curriculares específicas.

Para ARROYO (1988), p. 17. O projeto de uma educação do campo,

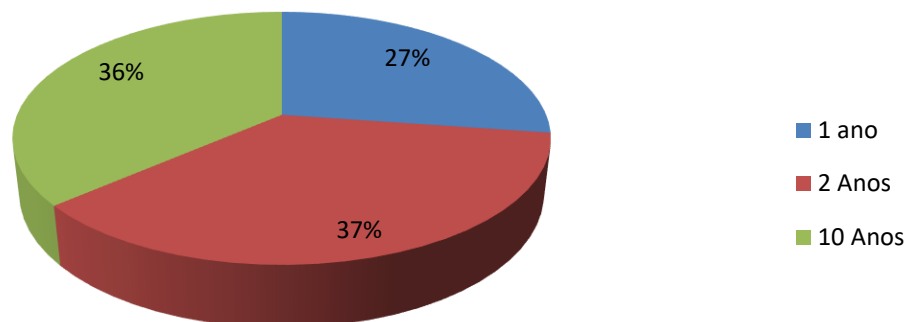
[...], tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situamos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia; a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos.

Como nos faz compreender (SOUZA, 2012) que a população camponesa “tem direito de construir a educação; trata-se do sujeito como sujeito do processo de políticas públicas de educação.

Análise do questionário

Neste item, ressaltam-se os enunciados das respostas dos sujeitos ao questionário fechado aplicado a cada uma das professoras. Nele aborda as discussões sobre algumas questões problematizadas que giram em torno das temáticas do currículo, conteúdos, avaliação, o projeto político pedagógico e atuação dos docentes proposta em sala de aula na educação do campo, como mostra os gráficos a seguir.

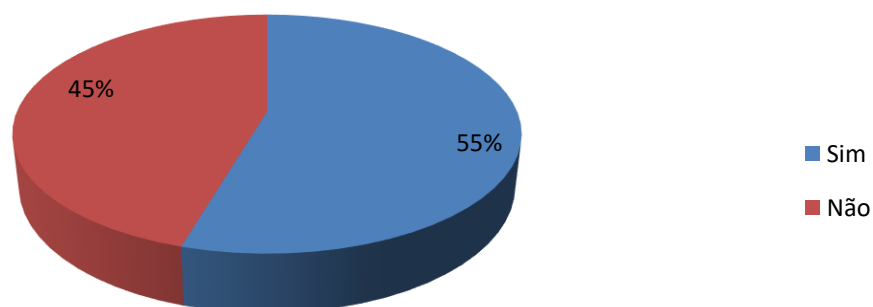
Tempo de atuação na escola



Observa-se no gráfico um que 36% das professoras pesquisadas têm dez anos ou mais do tempo na atuação da escola pesquisada. Isso poderia deixar em posição privilegiada. Porque existe uma determinação recíproca que é preciso considerar nas relações que elas desenvolvem.

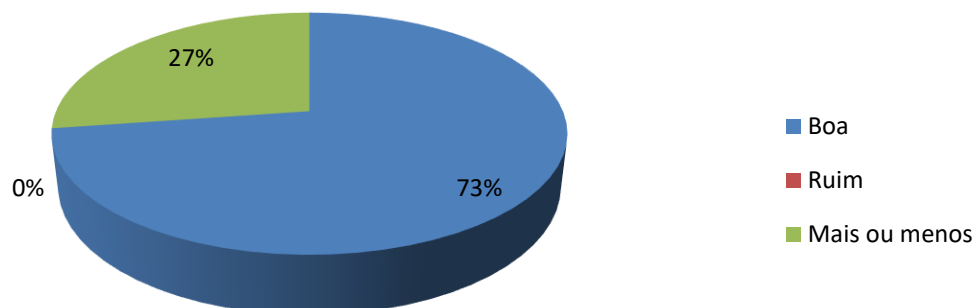
Entendemos que a interação imposta pela a natureza de um trabalho na área rural é muito árdua e pode incorrer em simplificações. Em nosso estudo anterior, verificou-se que é preciso compreender o MST em relação ao movimento de luta do campo.

Atuação na escola rural



Este gráfico demonstra que 55% das professoras atuam somente em escola rural. Ao analisarmos este gráfico, traçamos um perfil desses professores e notamos que muitos possuem apenas experiências em escola rurais, levando-se em consideração que não obtiveram qualquer orientação comparativa entre as escolas urbanas com as rurais.

Avaliação da educação do campo

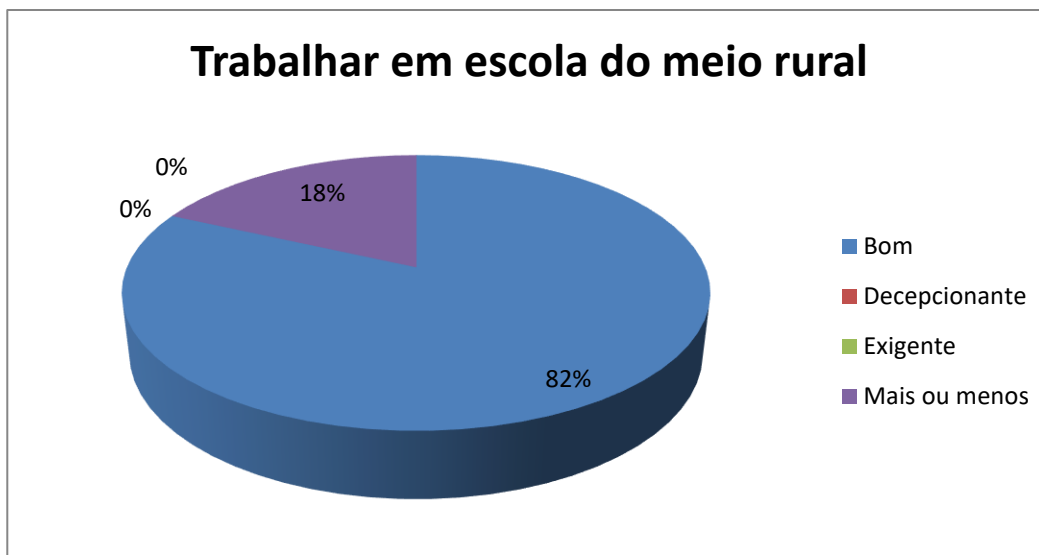


Avaliando a educação do campo segundo este gráfico, percebemos que 73% das professoras pesquisadas, avaliam como boa a escola que trabalha do campo. Mas, 27% demonstraram descontentes com a escola. A avaliação é medida de forma acessível ou ajustável a educação escolar e que deve contribuir para efetivar mudanças na educação e demonstrar a preocupação com as identidades sociais, culturais e a diversidade de currículos do campo.

Para nós, a avaliação tem que ser diagnóstica. Vou avaliar para saber se o que eu planejo está acontecendo. Eu vou avaliar para ver que dimensões estão mais fracas e que tenho que reforçar, Tenho que avaliar para ver se tenho que redefinir a minha prática pedagógica, mas nunca para sentenciar, condenar o educando, reprová-lo (ARROYO, 1999, p. 24).

Desse modo, o autor mostra que, a avaliação deve ser encarada a partir de suas multiplicidades de representação real, da pluralidade dos docentes e de seus discentes, e ainda percebemos, sobretudo; o resgate das diversas modalidades discursivas das mais variadas linguagens e conteúdos que compõem o fazer cotidiano de uma educação do campo.

Trabalhar em escola do meio rural

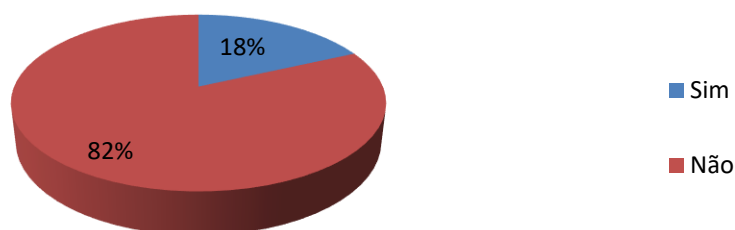


Consta-se neste gráfico, que a maioria dos professores desta escola preocupa-se com o estabelecimento de relações entre os conteúdos curriculares e aspectos da realidade da comunidade local quando diz que 82% dos que responderam o questionário acham bom trabalhar em escola do meio rural. Isto nos possibilita a reflexão sobre a experiência educativa de cada um destes envolvidos.

Por isso, fala-se em uma educação que firme os cidadãos no campo. Neste sentido, evidenciamos que os professores apresentam uma crítica sociológica às questões que emergem no debate da Educação do Campo.

Porém, a necessidade de formação continuada como oportunidade de desenvolvimento profissional desses sujeitos, do efetivo reconhecimento da importância de seu trabalho, de oferecer condições de permanência na sua prática educativa e, por fim, o encorajamento do professor para que seja capaz de prosseguir em atividade tão complexa, como protagonismo no processo educativo, como parte integrante de um processo político mais amplo de lutas emancipatórias.

Cursos relacionado à educação do campo

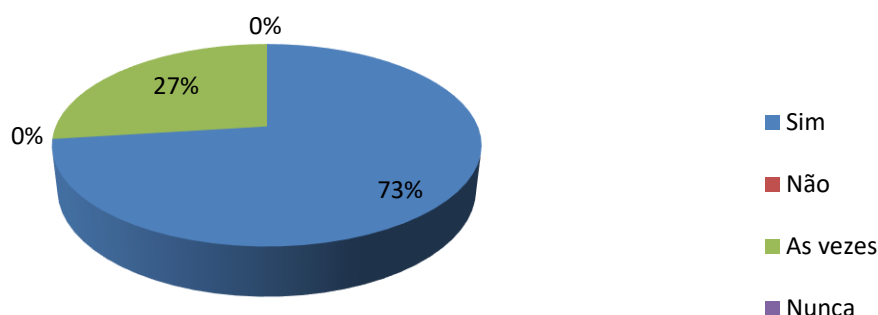


Nestes dados apresenta um panorama negativo quanto a formação dos docentes participantes dessa pesquisa, uma vez que a maioria não possuem alguma formação em nível de educação do campo, pois é possível verificar o número expressivo de 82% de professores que não tem cursos ou graduação nesta área.

Deve-se considerar, neste gráfico, que a maioria dos cursos de formação inicial para estes professores não contempla as especificidades da educação do campo. Diante desse desafio, podemos considerar que é importante uma política de formação para os professores que trabalham nesta tão importante realidade do campo, a educação do campo.

“Quanto aos educadores, eles não são concursados, mudam várias vezes de escola num mesmo ano letivo, têm baixa remuneração e suas condições de trabalho são extremamente precárias”. (MOLINA E FREITAS, 2015, p. 20). Mas é preciso que existam políticas de valorização e de planos de carreira e mais decentes condições de trabalho.

Atividades dentro da sala de aula contempla o aluno que estuda e mora no campo



Observa no gráfico que 73% das professoras concordam que as atividades ministradas em sala de aula contemplam as necessidades e realidades dos alunos do campo. E apenas, 27% disseram que ‘às vezes’. Nesse contexto, a escola precisa melhorar a estrutura e mais formação continuada dos docentes com a temática do campo. As escolas do campo não são dos movimentos sociais, são mantidas pelo estado e município, assim precisam ter o mesmo investimentos das escolas urbanas, mas respeitando a cultura local desses alunos.

Sabemos que a formação dos docentes, atualmente, é imprescindível para lidar com as atividades, os conteúdos e demandas que a educação do campo requer, posto que esta seja a natureza da relação humana, ou seja, relação entre docentes e estudantes do campo. Mas, não é só atividades do professor todo o planejamento do currículo tem que estar integrado com a realidade do local da escola.

ARROYO, CALDARTE e MOLINA, (2008, p. 52) esclarece que “atualmente existe quase um vazio em relação a propostas pedagógicas que tomem o campo como referência; no próprio âmbito das teorias educacionais críticas, o parâmetro é o das escolas urbanas”. Nisto prevalece, a busca por uma proposta de reforma curricular diferenciada de ensino, com metodologias mediadas, adaptadas e conteúdos adequados às especificidades do campo.

Neste sentido, a escola do campo precisa fazer parte de um projeto de desenvolvimento contextualizado, visto que, as questões da realidade específica do campo formam uma proposta específica de educação em um currículo adequado e planejado para este fim.



A contextualização dos conteúdos em relação a vivência do aluno campesino é importante, pois é preciso refletir sobre como os professores e alunos constroem o conhecimento e refletem sobre ele, neste constante processo de transformação em busca de novos conhecimentos que se relacionem com o cotidiano e estimulem aprendizagens significativas e que sejam aplicadas a prática do dia a dia. Para tanto, LUCKESI, (2004, p.136), considera que:

Dentro de condições históricas sociais determinadas, os conteúdos escolares são aqueles que decorrem das ciências e, de forma crítica, podem e devem ser transmitidos pelos os professores e assimilados pelos os alunos, de tal forma que adquira instrumentos culturais necessários para a garantia e o desenvolvimento da luta por uma sociedade igualitária para todos os seres humanos.

A partir do gráfico verifica-se que, 73% dos docentes utilizam os princípios pedagógicos que frequentam a educação do campo, a identidade da escola e o aluno do campo, fortalecem as diferenças e contribuem para que saibam valorizá-la, contextualizando o conteúdo com a realidade local, trabalhando com o intuito de articular os conhecimentos científicos e os saberes populares.

Já os demais, os 27% leva-nos a compreender que o ensino aprendizagem não se aparta das ações mecânicas, que não valoriza o cotidiano de seus discentes bem como suas experiências individuais e coletivas. Dessa forma, LUCKESI, (2004) reforça que,

“as convicções são formadas na prática cotidiana, na organização social do grupo, na convivência, na imitação, na meditação sobre os direitos e deveres de cada um dentro do grupo e da sociedade na compreensão e na prática do significado de viver em sociedade”, p. 137.

Percebe-se assim que, a construção e contextualização de conteúdos que nos interessam se dão por meios de relações de convivências estabelecidas entre professores, alunos, no espaço escolar, e depois família e sociedade, respeitando deveres e direitos de cada um nos grupos em que fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou um diálogo com as professoras da educação do campo em uma escola pública no povoado de Cajazeiras, tendo em vista, sua relação com o campo e prática escolar. O estudo permitiu identificar que a educação do campo surgiu

como proposta dos movimentos sociais e populares. Mas, é preciso desmistificar que a escola rural não é dos movimentos, pois são mantidas pelo município e algumas pelo estado, pois quem escolhe professor é o estado ou município, o movimento não interfere nessa escolha. A mesma deu lugar antiga escola rural e se contrapôs a maiores proprietário de terras. Também se articula, respectivamente, com as políticas públicas de responsabilização da educação básica com procedimentos mais expressivos para o currículo. A educação rural se incumbiu de escassez de políticas peculiares ao contexto dos povos que vivem no campo, ao mesmo tempo, os currículos e as práticas foram contidos ao modelo urbano da escola.

De acordo com as professoras as famílias ainda estão ausentes da escola. Para estes docentes é imprescindível mudanças no currículo para promover os saberes necessários à educação e cultura dos estudantes que se encontram nos espaços rurais. A escola do campo sempre foi vista como atraso, onde a desigualdade social é bastante acentuada e a modernidade precária, um lugar onde as pessoas tem baixa escolarização. Além disso, a educação é um direito de todos, como configurado na Constituição Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo, Marca: Atlas. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Características da população e dos domicílios: Resultado do universo. Rio de Janeiro. IBGE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. Pesquisa Nacional de educação na reforma agrária. Brasília. DF. Ministério da Educação – 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992. – (Coleção Magistério. 2º grau. Série Formação do Professor)

MOLINA, M.C.; HAGE, S. M. **Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior**. Educação em Questão, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. FREITAS, Helena Célia de Abreu. Org. Educação do Campo em aberto. INEP – Ministério da Educação. 2011. Disponível em: portal.inep.gov.br/documentos Acesso em: 07/04/2020.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e escola na contemporaneidade**: os meandros de uma relação. Educação & Realidade, vol. 31, núm. 2, julho-diciembre, 2006, pp. 155-169 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Br

ROVERE, Maria Helena Marques. **Escola de valor**: significando a vida e a arte de educar. São Paulo: Paulus, 2009.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.